

**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

DATA: 14.12.2010

HORÁRIO: 09:00 as 18:00hs

LOCAL: Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

Membros:

SETP	COGEMAS
Carmen C. Zadra	Denise Ferraz Aguiar
Helena Navarro Gimenez	Jiuzete V. Araújo
Ironi do Rocio Vieira de Camargo	Marcela Laino Verrilo
Márcia Beatriz Buhner	Márcia Mazzarotto
Nicéia Brandão Lemes	Rosilene Beatriz D. Link
Nircélio Zobot	

Representantes da Secretaria Técnica:

Carla de Souza
Kelli Regina Albanese
Rosely Lemos

Demais participantes:

Creusa Lurdes de Melo
Keity F. Da Cruz
Laura Gorski
Sandra Mancino

Pauta da reunião ordinária

Data 14.12.2010

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 28 de setembro de 2010;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- - apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem expirado;
- - processos de desabilitação;
- - mudança nas regras de repasse do IGD-M para a gestão do Programa Bolsa Família;
- Processo de monitoramento da gestão da política de assistência social nos municípios do estado do Paraná;
- Calendário de Reuniões da CIB/PR para o exercício de 2011;
- Ofício nº 076/2010/DPSB/SNAS/MDS;
- Carta de manifestação à permanência da Márcia Lopes à frente do MDS.

Informes:

- Ofício nº 481/2010 da Promotoria de Justiça do Ministério Público da comarca de Nova Esperança;
- Resolução nº 061/2010 – SETP: nova composição da CIB/PR;
- Encontro Nacional para discussão do Acórdão 2809/2009 do TCU ocorrido nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2010;
- Encontro Regional dos Trabalhadores do SUAS – região Sul, ocorrido nos dias 04 e 05 de novembro de 2010;
- Encontro Estadual sobre gestão financeira e implementação dos CREAS – Foz do Iguaçu, 29 e 30 de novembro de 2010;
- Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS – CapacitaSUAS.

- **Aprovação da pauta da reunião**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, cumprimentou os gestores, técnicos e convidados presentes, após, confirmou o quórum mínimo para início da reunião. O ponto de pauta “Ofício nº 76/2010/DPSB/SNAS/MDS” e os informes “Reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de 1º de dezembro de 2010” e “Reunião ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de 07, 08 e 09 de dezembro de 2010, em Fortaleza/Ceará” foram incluídos, e, sem mais modificações, a pauta foi aprovada.

- **Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 28 de setembro de 2010**

Sem modificações, a memória foi aprovada.

- **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos**

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, informou que foram recebidos 55 (cinquenta e cinco) novos pleitos para habilitação municipal aos níveis de gestão do SUAS, devendo ser 64 (sessenta e quatro) municípios, os quais foram habilitados com condicionalidade em pactuação *ad referendum* de reunião, conforme Resolução nº 015/2010 da CIB, ficando os mesmos para serem retomados nesta reunião de dezembro. Ressaltou que é importante registrar que todos foram habilitados devido ao fato da expansão de recursos federais, bem como devido ao prazo estipulado pela CIT para recebimento das pactuações de habilitações.

Dessa forma, foi apresentado o quadro dos 64 (sessenta e quatro) municípios, pactuando-se o que segue:

Municípios que não encaminharam processo		
Escritório Regional	Município	Pactuação da CIB
Campo Mourão	Farol	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
Ivaiporã	Cruzmaltina	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
Jacarezinho	Jaboti	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
Londrina	Cafeara	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
	Marilândia do Sul	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
	Marumbi	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público

	Mauá da Serra	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
	Rio Bom	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
Ponta Grossa	Ventania	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público

Obs.: Os referidos municípios terão suas situações retomadas na primeira reunião da CIB de 2011.

Pleitos com parecer desfavorável indicado pelo Escritório Regional ou sem posicionamento		
Escritório Regional	Município	Pactuação da CIB
Curitiba	Tunas do Paraná	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
Ivaiporã	Faxinal	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
	Godoy Moreira	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público
	Rio Branco do Ivaí	Abertura do processo de desabilitação com acompanhamento do Ministério Público

Obs.: Os referidos municípios terão suas situações retomadas na primeira reunião da CIB de 2011.

Demais municípios		
Escritório Regional	Município	Pactuação da CIB
Campo Mourão	Janiópolis	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Cascavel	São José das Palmeiras	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Três Barras do Paraná	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Cianorte	Japurá	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	São Tomé	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Cornélio Procópio	Abatiá	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Nova América da Colina	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Rancho Alegre	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Curitiba	Adrianópolis	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Morretes	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Serranópolis do Iguaçu	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Francisco Beltrão	Boa Esperança do Iguaçu	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Cruzeiro do Iguaçu	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Guarapuava	Porto Barreiro	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Virmond	Habilitado com condicionalidade com prazo para

		reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Irati	Rio Azul	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Ivaiporã	Arapuã	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Ariranha do Ivaí	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Cândido de Abreu	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Lunardelli	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Rosário do Ivaí	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Jacarezinho	Barra do Jacaré	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Carlópolis	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Conselheiro Mairinck	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Figueira	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Guapirama	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Japira	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Pinhalão	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Quatiguá	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Londrina	Guaraci	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Lupionópolis	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Miraselva	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Pitangueiras	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Prado Ferreira	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Primeiro de Maio	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Sabáudia	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Sertanópolis	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Maringá	Ângulo	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Floraí	Habilitado com condicionalidade com prazo para

		reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Itambé	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Santo Inácio	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	São Jorge do Ivaí	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Pato Branco	Coronel Domingos Soares	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Itapejara D'Oeste	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Vitorino	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
Ponta Grossa	Imbaú	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Ipiranga	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Ivaí	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Telêmaco Borba	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público
	Tibagi	Habilitado com condicionalidade com prazo para reordenamento até 01/04/2011 com acompanhamento do Ministério Público

apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, apresentou a situação do município de **Quedas do Iguaçu**, o qual habilitou-se com condicionalidade e possuía prazo de seis meses para reordenamento das pendências. Dessa forma, vencido o prazo, e diante das pendências ainda apresentadas, a CIB pactuou a abertura do processo de desabilitação do referido município.

processos de desabilitação

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, apresentou as defesas dos municípios que estavam em processo de desabilitação, e conforme disposto na NOB/SUAS 2005, o fluxo após a apresentação da defesa, é a apreciação pela CIB e pactuação de medidas e prazos para superação das pendências. Dessa forma, pactuou-se que para os municípios que não concluíram suas pendências, terão um prazo para reordenamentos, mediante acompanhamento do Ministério Público, bem como serão retomados na primeira reunião da CIB de 2011. Para os municípios que concluíram seus

reordenamentos, foi pactuado o encerramento do processo de desabilitação.

<u>Encerramento do processo de desabilitação dos seguintes municípios:</u>	
Escritório Regional	Município
Campo Mourão	Campina da Lagoa
Cascavel	Anahy
Cianorte	Indianópolis
Curitiba	Agudos do Sul
	Guaraqueçaba
Francisco Beltrão	Renascença
	Salgado Filho
Guarapuava	Marquinho
Ivaiporã	Grandes Rios
Jacarezinho	Jundiá do Sul
Londrina	Jaguapitã
	Tamarana
Ponta Grossa	Carambeí
Umuarama	Tapira

<u>Prorrogação do prazo do processo de desabilitação</u>	
Escritório Regional	Município
Campo Mourão	Nova Cantu
	Rancho Alegre D'Oeste
Cianorte	Tapejara
Curitiba	Almirante Tamandaré
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento
Irati	Teixeira Soares
Ivaiporã	Nova Tebas
Jacarezinho	Salto do Itararé
	Siqueira Campos
Londrina	Alvorada do Sul
	Apucarana
	Florestópolis
Pato Branco	Mariópolis
Ponta Grossa	Arapoti
	Sengés
União da Vitória	Bituruna
	União da Vitória

udança nas regras de repasse do IGD-M para a gestão do Programa Bolsa Família

Nircélio Zabot, representante da SETP, apresentou as mudanças nas normas, critérios e procedimentos para apoio financeiro da União à gestão e execução descentralizada do Cadastro Único de Programas Sociais e do Programa Bolsa Família,

avaliado pelo Índice de Gestão Descentralizado dos municípios (IGD-M). Tal índice volta-se às ações de gestão das condicionalidades de saúde e educação, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias inscritas no Cadastro Único, cadastramento de novas famílias, atualização das informações das famílias e revisão dos dados das famílias beneficiárias, bem como, implementação de programas complementares e geração de trabalho e renda.

Explicou que as alterações foram contempladas na Portaria Nº 754, de 20 de outubro de 2010 que acresce aos critérios de desempenho, incentivos financeiros que poderão aumentar os valores apurados pelo Índice de Gestão Descentralizado como:

- 1- Acréscimos proporcionais ao acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (até 3% do valor apurado pelo IGD-M);
- 2- Atendimento nos prazos, fixados pela SENARC, das demandas referentes a apuração de eventuais irregularidades na execução local do Programa Bolsa Família ou Cadastro Único (até 3% do valor apurado do IGD-M);
- 3- Atualização anual em 100% dos dados referentes à gestão municipal, registrados em sistema disponibilizado pelo MDS (até 2% do valor apurado do IGD-M);
- 4- Apresentação de ao menos 96 % dos cartões entregues na data de apuração do IGD-M (até 2% do valor apurado do IGD-M);

São condições para receber os recursos:

- a) Adesão ao SUAS;
- b) Informação de comprovação, em sistema disponibilizado pelo MDS, dos gastos dos recursos do IGD-M ao respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, nos prazos estabelecidos pela Portaria GM/MDS nº 625, de 10 de Agosto de 2010;
- c) Aprovação total, nos prazos estabelecidos na Portaria 625, de 2010, da comprovação dos gastos dos recursos transferidos;

Acrescentou que, a nova Portaria, dá maior transparência à gestão municipal dos recursos e prevê, além da suspensão dos recursos financeiros, outras sanções quando houver manipulação de informações relativas aos parâmetros que formam o IGD-M a fim de alterar os valores a que fazem jus as Prefeituras.

Marcela Laino Verrilo, representante do COGEMAS, gestora do município de Umuarama relatou a experiência do município, no que tange a Comissão de Acompanhamento do PBF via Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), a qual funciona com os próprios conselheiros, após as reuniões ordinárias do CMAS que ocorrem mensalmente, não sendo uma Comissão específica.

Rosilene Link, representante do COGEMAS, gestora do município de Foz do Iguaçu, relatou que a Comissão de Acompanhamento do PBF é formada por representantes da área da educação, da saúde e assistência social, representantes da sociedade civil, e que após a migração da gestão do PBF para o órgão gestor municipal da política de assistência social, o funcionamento do Programa teve um avanço muito grande e satisfatório. Relata ainda, que em Foz do Iguaçu há um alto índice de cartões de

beneficiários não retirados pelas famílias, retidos na Caixa Econômica Federal, e que foi feita uma operação junto com o Programa Saúde da Família, e nas escolas, para divulgar a listagem dos referidos beneficiários, porém, não houve retorno.

Marcela Laino Verrilo, representante do COGEMAS, questionou sobre a situação da estimativa estipulada para cada município pelo do MDS, pois o município de Umuarama não consegue atingir nem 50% da quantidade. Relata que o município tem utilizado estratégias para buscar mais famílias, via cadastros de anos anteriores. Nircélio Zobot, informou que essa situação da cobertura parcial do PBF é comum em município de portes grandes, e que somente se terá dados fidedignos após o Censo 2010.

- **Processo de monitoramento da gestão da política de assistência social nos municípios do estado do Paraná**

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, representante da SETP, iniciou apresentando o relatório final do processo de monitoramento da gestão municipal da política de assistência social. Expôs que o documento poderá ser utilizado para profundas análises, avaliações e retirada de indicativos para ações futuras. Apresentou que o relatório é composto por histórico do processo de monitoramento, que teve como base os Encontros Macroregionais de discussão do SUAS e SISAN, supervisão com os Escritórios Regionais e em 2008, foi realizado um procedimento piloto do processo de monitoramento e avaliação, com 30% dos municípios paranaenses. Porém, foram utilizadas metodologias diferenciadas deste processo atual, pois não se geravam Planos de Providências, bem como não foi dado retorno aos municípios, devido ao fato de 2008 ser final de gestão municipal.

Relatou que diante das experiências anteriores, foi possível verificar a necessidade de focar em um método que forçasse a organização da gestão municipal, o reordenamento dos serviços, controle social, financiamento, dentre outros eixos, via ferramenta possível de sintetizar todas as informações. Dessa forma, criou-se o sistema de monitoramento e avaliação disponibilizado no site da SETP, utilizado de forma interna entre Escritórios Regionais e Sede.

Resgatou o início do processo em 2009, o qual partiu do preenchimento dos instrumentos de gestão e posterior reunião no município com participação do Escritório Regional, representantes do órgão gestor municipal de assistência social, conselheiros municipais, contadores, e Prefeito (em alguns casos). Essa primeira reunião objetivava levantar e discutir todos os eixos da gestão municipal de assistência social, para posterior lançamento no sistema, e conseqüente geração de Plano de Providências para as situações inadequadas. Destacou que os Planos de Providências expiraram em 180 (cento e oitenta) dias. Vencido o prazo, o Escritório Regional retornou aos municípios para verificar e retomar o Plano de Providências para rever todos os pontos elencados nos Planos que deveriam ser reordenados dentro de prazo estipulado.

Expôs que foram instituídas Câmaras Técnicas compostas por técnicos da SETP/Sede e pelos Escritórios Regionais, as quais reuniam-se periodicamente para verificar a situação do andamento do monitoramento nas regionais, com a participação dos Escritórios Regionais apenas na etapa final do processo.

Após a última fase, os Escritórios Regionais analisavam a documentação final e lançavam no Sistema, o qual gerava um quadro compilado/consolidado que proporcionava um “espelho” do monitoramento nos municípios, regionais e estado, contendo a porcentagem de entrega dos documentos, bem como do seu conteúdo. Através desse quadro, as Câmaras Técnicas tinham um panorama da regional, e das situações que mais incidiam, dando o indicativo dos eixos que mais necessitavam de orientação.

Ironi explicou que na última etapa desse processo os Escritórios Regionais reuniram-se com as Câmaras Técnicas para discutir sobre situações postas no resultado do monitoramento de cada município, bem como apontaram demandas para a CIB, tendo em vista as situações inadequadas presentes nos municípios. Essas situações apresentaram novas demandas a SETP, pois diante das dificuldades que surgiam, tornava-se necessária a emissão de normativas, notas técnicas, orientações, rematada de discussão para suprir as dificuldades postas.

Destacou que alguns Escritórios Regionais relataram que antes do processo de monitoramento, o acompanhamento junto aos municípios era pontual, ou seja, conforme surgiam as demandas o Escritório Regional visitava, ou a Sede acompanhava, mas eram casos pontuais, como situações em CRAS, Conselhos, porém não era desenvolvido um acompanhamento da gestão como um todo. Relataram que após esse processo, foi possível rever a forma de atuar junto aos municípios, bem como proporcionou uma aproximação dos municípios, contadores, conselheiros sobre a política de assistência social, o aumento do índice de habilitação municipal, a organização da gestão, a aceitação dos municípios, entre outros.

Ressaltou que muitos municípios apontaram situações que o Estado descumpra, as quais são cobradas dos municípios, como comando único, equipe técnica de acordo com a NOB/RH-SUAS, falta de financiamento de serviços, etc.

Apresentou também, que esse processo possibilitou um levantamento em cada eixo do monitoramento (gestão, recursos humanos, controle social, instrumentos de gestão, rede socioassistencial e financiamento). Uma dificuldade que se apresentou nesse processo foi com relação à equipe técnica defasada da SETP/Sede e Escritórios Regionais, pois em algumas regionais foi necessário a Sede deslocar-se para dar suporte e permitir que o monitoramento ocorresse em todas as regiões. Por outro lado, houve um engajamento por parte dos Escritórios Regionais, como iniciativas de elaboração de instrumentais, textos, criação de subsídios técnicos, notas técnicas para auxiliar no desenvolvimento do monitoramento.

Ironi destacou a importância da participação dos estagiários nesse processo, tanto nas regionais como na Sede, e ainda do Núcleo de Informática da SETP. Ressaltou, também, a importância do CEAS ter deliberado e a CIB ter pactuado o monitoramento, bem como a inserção do Ministério Público, pois isso deu credibilidade ao processo.

Relatou que no Sistema havia um campo para os Escritórios Regionais pontuarem suas considerações referentes ao processo e registrar uma avaliação, o que aponta vários indicativos para próximas ações da SETP.

Concluiu que o processo de monitoramento produziu informação qualificada e sistematizada sobre a gestão da política de assistência no estado do Paraná. Há uma tarefa enorme diante dos resultados apresentados. Os instrumentos registrados estão alocados na Sede e é um arcabouço amplo para pesquisas e para emissão de Cadernos Temáticos, tendo em vista que são materiais relevantes para registrar, publicar, bem como valorizar o trabalho dos municípios e Escritórios Regionais. Destacou o avanço nas instâncias de fiscalização, as quais passaram a conhecer mais seus papéis, responsabilidades e acompanhar a gestão de forma criteriosa.

Ironi apontou a preocupação dessa documentação ficar engavetada, e da necessidade do monitoramento ser visto como uma prática contínua, com sistemática de assessoria e acompanhamento, o que permitirá que o SUAS se consolide no estado. Destacou que um dos desafios postos é a realização de capacitação para gestores municipais da política de assistência social, no que tange a trabalhar o papel do gestor, aprofundar a discussão sobre gestão financeira e gestão do trabalho.

Apontou a importância de um retorno da SETP aos municípios, com cópia aos Conselhos Municipais, informando que o monitoramento foi concluído, no intuito de valorizar a participação do município, e ainda, expor que para as situações pendentes serão gerados novos planos de providências. Ironi colocou que um dos indicativos advindos das Câmaras Técnicas referem-se aos novos prazos para as pendências apontadas nos planos de providências que ainda não foram sanadas. Os períodos são de curto prazo (até 31/03/2011), médio prazo (até 30/06/2011) e longo prazo (até 31/08/2011).

Diante do exposto, Ironi finalizou que as Câmaras Técnicas entenderam que a CIB tem que focar em algumas situações que foram levantadas nesse processo, e por isso esse resultado foi apresentado a esta Comissão, para ser pactuado procedimentos, conforme disposto no fluxo do processo de monitoramento, anteriormente pactuado pela CIB.

Dessa forma, foram apresentados os municípios que necessitam desse acompanhamento da CIB, conforme segue abaixo:

Escritório Regional de Campo Mourão

Município de Farol

Município de Nova Cantu

Escritório Regional de Cianorte

Município de Cianorte

Município de Cidade Gaúcha

Município de Rondon

Município de Tuneiras do Oeste

Escritório Regional de Curitiba

Município de Itaperuçu

Município de Tunas do Paraná

Escritório Regional de Foz do Iguaçu

Município de Foz do Iguaçu - indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de Itaipulândia – indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de Ramilândia

Município de Santa Helena

Município de Santa Terezinha do Itaipu - indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de São Miguel do Iguaçu

Escritório Regional de Francisco Beltrão

Município de Dois Vizinhos

Município de Francisco Beltrão

Escritório Regional de Guarapuava

Município de Cândói - indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de Cantagalo

Município de Guarapuava

Município de Laranjeiras do Sul

Município de Palmital

Município de Turvo

Município de Virmond

Escritório Regional de Jacarezinho

Município de Salto do Itararé – solicitação formal de desabilitação para a CIB - indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Escritório Regional de Londrina

Município de Bela Vista do Paraíso

Município de Ibiporã

Município de Mauá da Serra – indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de Novo Itacolomi

Escritório Regional de Maringá

Município de Doutor Camargo

Município de Floraí

Município de Itaguagé

Município de Itambé

Município de Nossa Senhora das Graças

Município de Ourizona

Município de Paiçandu

Município de Presidente Castelo Branco

Escritório Regional de Ponta Grossa

Município de Ventania

Município de Sengés

Município de Arapoti

Escritório Regional de Pato Branco

Município de Clevelândia

Município de Coronel Domingos Soares

Município de Itapejara D'Oeste

Município de Pato Branco

Município de Vitorino

Escritório Regional de Umuarama

Município de Alto Piquiri

Município de Mariluz

Município de Alto Paraíso

Município de Brasilândia do Sul

Município de Xambê

Escritório Regional de União da Vitória

Município de Paulo Frontin

Município de Bituruna - indicação de acompanhamento também pelo Ministério Público

Município de General Carneiro

Município de Paula Freitas

Município de Antonio Olinto

Município de União da Vitória

Ironi sugeriu a criação de Câmara Técnica da CIB para discussão aprofundada desse resultado. Destacou também, que o resultado do monitoramento possibilitará uma reflexão do processo de monitoramento da gestão como um processo contínuo, bem como a definição de indicadores de monitoramento, acompanhamento sistemático da gestão, ampliação do sistema de informação, coleta de dados, utilização de indicadores referentes aos serviços para cruzamento de dados e acompanhamento, etc.

Marcela Laino Verrilo, representante do COGEMAS, colocou que para o município de Umuarama foi muito rico esse processo, pois cada etapa foi compartilhada com o CMAS e serviu como um momento de avaliação dos serviços, uma autoanálise e devolutiva de que o município está no caminho certo. Permitiu uma aproximação do município com o Escritório Regional, bem como resgatou na região o papel do Escritório Regional. Ressaltou que o monitoramento forçou o município a cuidar do seu nível de gestão, e regulamentou de forma pedagógica e construtiva a manutenção e aprimoramento do nível de gestão. Apontou como uma preocupação na região o não funcionamento ou irregular funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Sugeriu a importância de se pensar estratégias para superar essa fragilidade que ainda existe em diversos municípios.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, expôs sua preocupação sobre quais seriam os próximos passos desse processo, para que se garanta a continuidade, tendo em vista a mudança de gestão estadual.

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, representante da SETP, colocou que o próximo passo é uma pactuação da CIB, conforme o fluxo do monitoramento pactuado pela CIB, em termos de acompanhamento dos municípios, pois percebeu-se que alguns municípios precisam de uma aproximação de outras instâncias.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, colocou que há uma situação preocupante sobre as equipes técnicas dos Escritórios Regionais em dar continuidade a esse processo, da forma como estão estruturadas as regionais. É importante ter uma pactuação da CIB de acordo com a realidade que se tem no Estado hoje, tendo em vista que há regionais que possuem apenas um técnico para dar conta de acompanhar vários municípios. Propôs que primeiramente, deve-se pensar na reestruturação e capacitação das regionais, tendo em vista o excesso de trabalho. Sugeriu que a CIB volte-se à uma reestruturação nos Escritórios Regionais, seguindo os parâmetros do Governo Federal, com posterior capacitação. Com essa estrutura que ora se apresenta não é possível dar continuidade ao processo. Dessa forma, propôs que o primeiro passo seja a efetivação da contratação de profissionais, via

processo já em tramitação; segundo passo a capacitação desses profissionais; e terceiro passo a execução do que foi levantado no processo de monitoramento.

Dessa forma, pactuou-se pela proposta supracitada, bem como pela retomada dessa discussão na primeira reunião de 2011 para definição de próximos procedimentos. Destaca-se que o relatório final do processo de monitoramento da política de assistência social no estado do Paraná estará disponível no site da SETP, no link "Assistência Social", Campo "Materiais".

- **Calendário de Reuniões da CIB/PR para o exercício de 2011**

Niceia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, apresentou a proposta de calendário de reuniões ordinárias da CIB para 2011. Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, questionou sobre a possibilidade das reuniões da CIB ocorrerem mensalmente, devido à demanda que esta Comissão terá, conforme Resolução da CIT nº 008/2010 e a NOB/SUAS revisada, bem como para compatibilizar com as reuniões do CEAS e CIT.

Niceia Brandão Lemes, esclarece que primeiramente para isso, deve ser feita uma alteração no Regimento Interno da CIB. Rosilene Link, representante do COGEMAS, complementa compartilhando a dificuldade em sair do município todos os meses, para vir às reuniões da CIB, devido à agenda sobrecarregada do município, bem como devido ao custeio das despesas para vir às reuniões.

Niceia Brandão Lemes, reforça a importância da garantia do ressarcimento das despesas dos membros. Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, complementa que a vinda dos membros às reuniões da CIB, justifica-se pois a CIB é uma instância da política de assistência social, na qual os membros estão a serviço do Estado.

Esse assunto deve ser retomado na próxima reunião, para pactuação de procedimentos necessários que garantam o custeio das despesas dos membros, bem como seja revista a possibilidade de realização de reuniões mensais.

- **Ofício nº 076/2010/DPSB/SNAS/MDS**

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, fez a leitura do ofício advindo do MDS, que dispõe sobre os municípios que fizeram aceite de serviços de convivência para idosos e/ou crianças, e implantaram os serviços com recursos originários do Piso Básico de Transição (PBT), mas que não possuem CRAS, e terão até dezembro de 2010 para implantá-lo. O documento refere-se aos municípios de Marumbi, Mauá da Serra e Rio Bom, os quais pertencem à regional de Londrina.

Dessa forma, pactuou-se o encaminhamento de informação e repasse do referido ofício aos municípios citados, ao Escritório Regional da SETP e ao Ministério Público (comarca local e Centro de Apoio de Direitos Constitucionais).

- **Carta de manifestação à permanência da Márcia Lopes à frente do MDS**

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, representante da SETP, sugeriu a emissão de manifestação pactuada pela CIB/PR de apoio à permanência da ministra Márcia Lopes no MDS, tendo em vista o trabalho que foi desenvolvido.

Dessa forma, pactuou-se o envio da carta de manifestação, com modelo prévio a ser enviado aos membros para contribuições, e após encaminhamento aos destinatários necessários.

Informes:

- **Ofício nº 481/2010 da Promotoria de Justiça do Ministério Público da comarca de Nova Esperança**

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB/PR repassou o ofício recebido da Promotoria de Justiça do Ministério Público da comarca de Nova Esperança, que trata do retorno do MP quanto a solicitação feita pela CIB/PR de acompanhamento do processo de desabilitação do município de Presidente Castelo Branco. Dessa forma, o MP encaminhou à CIB/PR o Termo de Ajuste firmado com o município para reordenamento das situações apontadas pela CIB/PR, com prazo a ser expirado em 31 de janeiro de 2011.

- **Resolução nº 061/2010 – SETP: nova composição da CIB/PR**

Foi apresentada a nova composição da CIB/PR, contemplada na Resolução nº 061/2010 da SETP, alterando a Coordenadora Substituta que passa a ser Márcia Buhner, a substituição da titularidade da representação de municípios de pequeno porte I passa a ser Célia Lourdes S. Roque da Silva do município de Nova Fátima, e a substituição da titularidade da representação de metrópole que passa a ser Leandro Nunes do município de Curitiba.

- **Encontro Nacional para discussão do Acórdão 2809/2009 do TCU ocorrido nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2010 em Brasília/DF**

Helena Navarro Gimenez, representante da SETP, repassou que o principal objetivo do evento discutir os achados do Tribunal de Contas da União (TCU) nos municípios que foram auditados, pactuar planos de providências e prazos para reordenamento das pendências. Os municípios discutidos passaram por auditoria do TCU em 2009, e destaca-se que o estado do Paraná não possui município auditado. Os estados contemplados foram Acre, Amapá, Pernambuco, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo e Goiás, totalizando 40 municípios auditados, porém, todos os estados brasileiros foram convidados.

Destacou que a principal fiscalização do TCU se deu na utilização dos recursos federais, repassados do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FNAS), e como foi feito o controle da aplicação desses recursos pelos Conselhos Municipais. Nesse evento também foi apontada a necessidade dos Conselhos Estaduais de Assistência Social constituírem uma Comissão de Acompanhamento dos CMAS, e diante disso, o CEAS/PR deliberou na última reunião ordinária a criação dessa Comissão, e iniciará suas atividades na primeira reunião de 2011, meados de março de 2011. Será utilizado como fonte de embasamento para a Comissão o resultado do processo de monitoramento da gestão municipal, especificamente o eixo sobre controle social, como ponto inicial para orientações e acompanhamento.

- **Encontro Regional dos Trabalhadores do SUAS – região Sul, ocorrido nos dias 04 e 05 de novembro de 2010 em Curitiba**

Márcia Buhner, vice-coordenadora da CIB/PR, relatou que o estado do Paraná foi o anfitrião do Encontro Regional dos Trabalhadores do SUAS, o qual reuniu participantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Paraná. O evento ocorreu no Canal da Música e reuniu em média 300 participantes, sendo retiradas propostas e debates para o Encontro Nacional que ocorrerá em 2011.

- **Encontro Estadual sobre gestão financeira e implementação dos CREAS – Foz do Iguaçu, 29 e 30 de novembro de 2010**

Márcia Buhner, vice-coordenadora da CIB/PR, relatou que esse Encontro foi dividido em etapas com públicos diferenciados, sendo no primeiro dia gestores municipais de assistência social, Prefeitos e contadores para discussão sobre gestão financeira; e no segundo dia, técnicos e gestores municipais de assistência social para discussão da implementação dos CREAS. Participaram em média 300 municípios do evento como um todo, e obteve-se um resultado muito positivo tendo em vista a carência que os municípios possuem sobre essas temáticas.

- **Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de 01 de dezembro de 2010**

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, fez o repasse da reunião da CIT referente ao mês de dezembro, e informou que a referida reunião teve como principais pontos a revisão da NOB/SUAS e

No que tange a revisão da NOB/SUAS, repassou que o documento já foi sistematizado a partir do retorno da consulta pública, onde municípios e estados puderam participar da reformulação deste instrumento, mas que a pactuação desta Norma não foi possível ser feita este ano, bem como demandará algumas discussões posteriores. Apresentou alguns indicativos principais que estão sendo revistos na

NOB/SUAS, principalmente a questão das responsabilidades dos entes federados, bem como da habilitação municipal, que altera totalmente a lógica hoje vigente, de níveis de gestão que é substituída por “Matriz de Responsabilidades”. Relatou ainda, que foi pactuada a emissão de resolução da CIT que contemplasse a discussão acordada até esta última reunião, para depois, quem irá dar continuidade a esse debate em 2011, optar por iniciar a discussão desde início ou a partir do que já se tem pactuado na referida resolução.

Informou ainda, que foi discutido sobre os novos prazos das expansões, os quais expiram em 17 de dezembro de 2010, reforçando o encaminhamento das resoluções da CIT que dispõem sobre isso.

- **Reunião Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 07, 08 e 09 de dezembro de 2010, em Fortaleza/Ceará**

Márcia Mazzarotto iniciou repassando os principais pontos discutidos na Reunião Ampliada do CNAS, onde foi relatado sobre a I Conferência Mundial de Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, ocorrida entre os dias 01 a 05 de dezembro de 2010 em Brasília/DF. Na referida Conferência foram abordadas diversas temáticas como a universalização da previdência social que será pautado na ONU; da subordinação que a previdência social tem atualmente da política financeira; da integração de outras políticas na previdência social; do modelo brasileiro de controle social, pois o Brasil é o único país que contempla a sociedade civil nas instâncias deliberativas; dentre outros pontos, destacou que essa Conferência não teve caráter deliberativo foram apenas pactuados encaminhamentos.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público complementou o relato da Conferência, enfatizando que a discussão é ampliar o debate de seguridade social para além das políticas de saúde, previdência e assistência social social, falando-se em um sistema de proteção social. Destacou a discussão sobre o salário mínimo em um sistema de proteção social, como referência mínima para repasse de benefícios; a discussão sobre o Programa Bolsa Família e da universalização do direito a renda, onde houve uma reflexão sobre a classe média, a qual deduz do seu imposto de renda a educação dos seus filhos, e não é cobrada se o filho está indo para a escola, etc.; dentre outros.

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB/PR, relatou também, sobre a Reunião Ampliada do CNAS, informando que foram realizadas 08 (oito) oficinas simultâneas, onde participou da oficina que tratava sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), especificamente à Lei Federal nº 12.101/2009 e Decreto Federal nº 7.237/2010, onde foi discutido que as entidades terão até 19 de maio de 2011 para reordenar seus serviços de acordo com as políticas respectivas, para assegurar a manutenção da Certificação. Márcia Mazzarotto, complementou informando sobre o Cadastro Nacional de Entidades, que ainda está em fase de elaboração, e que terá um histórico da entidade, bem como a entidade deverá encaminhar anualmente o Plano de

Ação e Relatório de Atividades, com acompanhamento do Conselho Municipal. Ainda, foi informado sobre o PL SUAS, Projeto de Lei nº 3077/2008, o qual já passou por todas as Comissões necessárias, apenas retornou para a Comissão de Justiça para retoques de redação, porém falta ainda passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

– **Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS - CapacitaSUAS**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB/PR, informou sobre o Plano Estadual de Capacitação, o qual estava previsto no Pacto de Aprimoramento da Gestão, desde 2009, bem como havia recurso existente destinado à execução do mesmo. Explicou que desde junho de 2010 as articulações foram retomadas com as Universidades Estaduais e outras Faculdades que participariam desse processo, porém após autorização do Governador as mesmas desistiram do convênio para esse ano. Dessa forma, e como Curitiba não possui Universidade Estadual, foi aberto para todas as faculdades que disponibilizam o curso de Serviço Social a possibilidade de firmar convênio para desenvolvimento do Plano em questão, porém apenas a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) permaneceu. Nicéia Brandão Lemes, esclareceu essas questões no sentido de apresentar as dificuldades que ocorreram nesse processo, tendo em vista que existia recurso, porém faltavam executores.

Márcia Buhner, vice-coordenadora da CIB/PR, informou que a aula inaugural do curso ocorreu no dia 13 de dezembro de 2010, na PUCPR, apenas para a regional de Curitiba, que abrange municípios do Vale da Ribeira, litoral e metrópole. Destacou que previamente foram elencados critérios voltados ao porte municipal e nível de gestão dos municípios (inicial, básica e plena) bem como, a quantidade de participantes por município foi estabelecida diante disso. Para essa aula inaugural foram 199 inscrições, pertencentes aos 36 municípios abrangentes da região de Curitiba. Ressaltou que a PUCPR é a executora da regional de Curitiba, para as demais regionais serão firmados convênios com as Universidades e Faculdades respectivas às regionais.